

Quem fala em nome das mulheres?

Na convenção republicana realizada em Tampa (Florida), Ann Romney dirigiu-se às mães, às mulheres, às avós, às irmãs e às filhas num tom de cumplicidade. Falou “desse momento final do dia em que as mulheres suspiram algo mais que os homens”, porque tiveram “de trabalhar um pouco mais duramente para fazer tudo bem”.

“Vocês são quem tem de fazer um pouco mais e sabem o que é ter de ganhar um pouco mais; ganhar o respeito que merecem no trabalho e depois chegar a casa e ajudar de modo a que a lida da casa se faça”.

Seguiram-se algumas anedotas familiares: os anos de recém-casada com as suas dietas de massa e atum; o bom humor do seu marido Mitt; as tardes de chuva com cinco filhos a gritar ao mesmo tempo em casa; o seu sofrimento com a esclerose, o cancro da mama e um aborto espontâneo que teve há algumas décadas...

Ann concluiu o seu discurso com a afirmação de que se sente “a mulher mais afortunada do mundo” e pediu o voto para o seu marido. Então Mitt apareceu em cena. Beijaram-se. Em fundo, a música de “My Girl”... Tudo muito republicano. Isso sim, nenhum vislumbre daquilo que os democratas designaram pela “guerra contra as mulheres”.

Na versão democrata, esta guerra consiste na oposição que muitos republicanos – mulheres e homens – estão a fazer contra a ampliação por parte do governo de Obama dos chamados direitos reprodutivos das mulheres.

Esta ação dos republicanos concretiza-se principalmente em três frentes: o impulso de medidas restritivas ao aborto em diversos estados; a retirada de alguns benefícios fiscais concedidos a organizações pró-aborto como a Planned Parenthood; e a oposição à norma do Ministério da Saúde que impõe – igualmente a instituições de inspiração religiosa – a obrigação de financiar anticoncetivos, a pílula do dia seguinte e a esterilização no seguro de saúde.

Para enfrentar a ofensiva republicana, os democratas colocaram na primeira fila da sua campanha mulheres “pró-choice”. Assim, em agosto, apresentaram dez novos rostos femininos para dar ar fresco à convenção democrata de

Charlotte (Carolina do Norte). A mais conhecida é a ativista Sandra Fluke, para quem “as políticas do Partido Republicano representam um perigo para as mulheres”.

A decisão de aderir de Fluke e companhia foi muito celebrada pela velha guarda feminista. Diz Jodi Jacobson, editora de uma *web* sobre saúde reprodutiva, que Fluke “fala em nome de uma nova geração de mulheres jovens”. E Nancy Keenan, presidente da NARAL Pro-Choice America, não oculta a sua alegria ao ver que o partido do burro continua a contar com ela: “Estou orgulhosa de ver o Partido Democrata reafirmar o seu compromisso de proteger os direitos reprodutivos das mulheres através desta plataforma, e de escolher tantas porta-vozes ‘pró-choice’ para a sua convenção”.

Falar em nome de um coletivo tem os seus riscos. Sobretudo, se esse coletivo não escolheu a pessoa como seu porta-voz. Quando Fluke afirma que as medidas antiabortistas dos republicanos são perigosas para as mulheres, em nome de que mulheres estão a falar?

“Aqueles que pretendem representar os nossos interesses nunca vieram pedir-nos autorização para nos representarem”, escreve Sheila Liaugminas em “MercatorNet”. “Não nos conhecem, não nos entendem, não se preocupam realmente connosco. Tal como fomos utilizadas antes sem o nosso consentimento para satisfazer os desejos sexuais de outros, continuamos a ser utilizadas sem nossa licença para satisfazer os objetivos políticos de terceiros”.

Enquanto algumas aspiram a converter “em nome das mulheres” o aborto ou a anticonceção em dogmas inquestionáveis, outras preferem falar por si próprias e defender os seus próprios valores. É o que fazem as mais de 33.000 mulheres que partilham os princípios de “Women Speak For Themselves”.

A história desta iniciativa é contada na “National Review Online” pelas suas autoras, Helen M. Alvare e Kim Daniels, professora de Direito na George Mason University School of Law, a primeira, e ex-advogada do Thomas More Law Center, a segunda.

Quando, em janeiro, o Ministério da Saúde dos EUA anunciou que obrigaria também as instituições de inspiração religiosa a financiar anticoncetivos, a pílula do dia seguinte e a esterilização nos seguros dos seus empregados, os bispos

norte-americanos denunciaram o que consideravam uma violação da liberdade religiosa.

Rapidamente, o Governo de Obama apressou-se a levar a polémica para o terreno dos direitos reprodutivos. Enquanto os bispos invocavam o respeito pela consciência e pela liberdade religiosa, o Governo referia a “saúde das mulheres”. Uma vez colocado o debate nestes termos, Nancy Pelosi e outras democratas propuseram-se desautorizar a oposição dos bispos à ordem de Obama com a seguinte pergunta: “Onde estão as mulheres?”.

Essa posição foi considerada demagógica por Alvare e Daniels. Invocar a saúde das mulheres para mandar calar todo aquele que discordasse contra os que pretendiam atentar contra as suas crenças mais profundas, era muito pouco honroso. Daí as duas juristas terem escrito uma carta aberta dirigida a Obama para lhe dizer que ninguém pode atribuir-se o monopólio para falar em assuntos de saúde.

“Não é razoável”, explica Alvare, “que alguns poucos grupos falem em nome de todas as mulheres em temas como a vida, a família, a sexualidade ou a religião. As mais de 31.000 mulheres [agora são mais de 34.600] que assinaram a carta aberta, já não vão ficar sentadas em silêncio enquanto alguns poucos políticos e seus aliados insistem em que a liberdade religiosa tem de se curvar perante a teoria – melhor, a ideologia – de que o núcleo da liberdade das mulheres é a expressão sexual sem compromisso”.

Inicialmente, fizeram circular a carta entre várias dezenas de amigas. A ela foram aderindo mulheres das mais diversas profissões. Em 72 horas, tinham conseguido cerca de 750 assinaturas, incluindo de fora dos Estados Unidos. Ao ver o sucesso obtido, decidiram lançar uma *web*.

Na carta, Alvare e Daniels dão o seu apoio à Igreja católica para que continue a proporcionar, num clima de liberdade, os seus ensinamentos sobre a sexualidade, o casamento e a família. A carta é aberta a crentes e não crentes, como também o é a democratas, republicanos e independentes.

Carol, uma das subscritoras, escreve: “Sou uma mulher ‘*pro-choice*’ que respeita os direitos das outras mulheres a defenderem outros pontos de vista. Concretamente, espero que o Governo – de acordo com a Constituição – proteja qualquer pessoa para que não se veja forçada a atuar contra a sua consciência. A ordem do Ministério da Saúde é uma violação fundamental dos nossos direitos à liberdade de expressão e de religião”.

Carol deu uma lição ao Governo de Obama. Embora ela seja “*pro-choice*”, não se importa de ficar ao lado das *pro-vida* neste caso, de modo a defender a consciência dos que decidem pensar e viver de forma diferente. Não receia, como o faz o Partido Democrata, a diversidade de opiniões de todas as mulheres.

J. M.

A administração Obama não autoriza a “pílula do dia seguinte” para menores sem receita

Numa decisão que surpreendeu defensores e oponentes, a Administração Obama recusou o pedido da FDA (Food and Drug Administration, uma agência governamental) de permitir que também as menores de 17 anos possam comprar a “pílula do dia seguinte” sem necessidade de prescrição médica. Os motivos alegados para a recusa têm a ver com a saúde das potenciais compradoras, embora também tenham sido adiantados outros argumentos de índole mais sociológica.

Esta medida anunciada há alguns meses, tem provocado polémica desde essa altura. Os grupos autodenominados *pro-choice* lamentaram a decisão, que consideram um passo atrás para a “saúde reprodutiva” da mulher.

A própria FDA mostrou-se dececionada pela decisão do Departamento de Saúde e Serviços Sociais (HSS). Pensam ter provado de modo suficiente que a pílula é “segura e efetiva”. Segundo algumas informações, a agência admite uma proposta alternativa: o livre acesso à pílula para menores de 17 que sejam acompanhadas por, pelo menos, um dos seus pais.

Embora a partir da FDA tenham acusado Kathleen Sebelius, secretária do HSS, de antepor as suas crenças católicas às evidências científicas, a verdade é que o próprio pedido da FDA se efetuou por solicitação de uma das marcas que fabricam a pílula. Além da indústria farmacêutica, parece haver pesado muito a pressão do *lobby pro-choice*, encabeçado pela organização Planned Parenthood, que até aí se havia sentido muito bem tratada pela administração Obama.

Entre os defensores da desregulamentação total no acesso à pílula, o principal argumento é o insubstituível papel da pílula na “contraceção urgente”.

Queixam-se de que a necessidade de passar pelo médico – só para menores de 17 anos – retirará grande parte da sua eficácia à pílula, visto que esta pode evitar a gravidez somente se for tomada durante as 72 horas posteriores à relação sexual, embora as probabilidades diminuam consideravelmente após as primeiras 24 horas. Contudo, a eficácia global – evitar a gravidez – é um dado controverso: segundo os fabricantes, aproxima-se de 90%, mas outros estudos baixam a média para cerca de 70%.

Além disso, o pedido da FDA afirma procurar uma descida no número de abortos. No entanto, a experiência de outros países com venda sem receita da pílula – como a Grã-Bretanha e a Espanha – provam que os abortos não se reduziram, mas sim o contrário.

A publicação médica “Contraception” revelou no ano passado os resultados de um estudo realizado em Espanha: de 1997 a 2007, o uso de anticoncetivos nas relações sexuais passou de 49,1% para 79,9% entre as mulheres; todavia, no mesmo

período, a taxa de abortos passou de 5,52 por cada 1.000 mulheres para 11,49. Muito menos na Grã-Bretanha ou na Suécia conseguiram travar o aumento dos abortos, apesar das enormes somas gastas em educação sexual para adolescentes ou da liberalização na dispensa da pílula.

Os que se opõem ao pedido da FDA de facilitar o acesso da pílula às menores, incluindo a secretária do HSS, alegam razões de peso diferente para justificar a sua posição.

Algumas têm a ver com aspetos puramente científicos. Sebelius declarou que “não há dados suficientes [sobre a inocuidade da pílula] para apoiar a solicitação da FDA”.

Outro argumento é que, ao facilitar mais a aquisição da pílula, fomenta-se a automedicação ginecológica, o que é especialmente perigoso para menores, que ainda não conhecem bem o funcionamento do seu corpo e podem confundir sintomas. Os fabricantes da pílula defendem-se argumentando que nos prospectos se indica que a pílula é potencialmente abortiva, e se avisa sobre outros possíveis efeitos secundários.

Contudo, um estudo realizado pela Family Health International, em 2003, mostrava que em grandes segmentos da sociedade havia muita desinformação: 25% desconheciam que a pílula não deve ser tomada em caso de hemorragias vaginais irregulares, e 33% não sabiam que a pílula não deve ser utilizada como substituto de outros métodos anticoncetivos (a percentagem chegava a 54% entre as mulheres das classes sociais menos alfabetizadas). Que a desregulamentação e a informação por si sós não servem, demonstra-o o facto de que metade dos casos de doenças de transmissão sexual nos Estados Unidos afeta menores de 25 anos, os mais informados quanto ao uso de anticoncetivos.

F. R. - B.

“El triunfo de las ciudades”

“Triumph of the City”

Autor: Edward Glaeser Taurus.

Madrid (2011). 494 págs.

Tradução (castelhano): Federico Corriente.

Este livro é rigorosamente o contrário do “menosprezo pela cidade e o louvor pela aldeia”. As cidades multiplicam as faculdades do ser humano. Embora haja megalópoles que acumulam desequilíbrios, as cidades atuais sobreviveram ao

fim da era industrial, e são mais prósperas, saudáveis e atrativas do que nunca. Esta é a tese que desenvolve Edward Glaeser, professor de Economia em Harvard, que estudou a economia das cidades e os problemas da habitação.

E então os bairros de miséria que rodeiam grandes cidades do Terceiro Mundo? Glaeser adverte--nos de que a pobreza das favelas do Rio de Janeiro, ou as equivalentes de Mumbai, devem ser comparadas com a pobreza rural, e aí compreende-se que os pobres não se enganam quando emigram para a cidade, onde há sempre mais oportunidades laborais e educativas do que em zonas deprimidas do campo.

Como economista, Glaeser está atento aos efeitos – por vezes perversos – de políticas bem-intencionadas. Adverte, com dados e casos, para os perigos de um excessivo protecionismo de edifícios e bairros, o que acarreta menos atividade na construção civil, preços de habitação mais elevados, e áreas protegidas mais caras e exclusivas. Se uma pessoa tem a sorte de viver numa delas, pode pensar que é um herói defensor do património histórico; mas, na realidade, está a prejudicar todos os que não podem pagar esses preços. A solução é procurar um equilíbrio razoável.

Glaeser encara igualmente com simpatia os arranha-céus. E explica que uma cidade que cresce em altura mais do que em extensão e, portanto, necessitando menos do automóvel para as deslocações, consome menos energia, amplia o espaço no interior da urbe e pode oferecer uma vida de rua pujante. Pelo contrário, a dispersão urbana multiplica as emissões de CO2 devido ao maior uso do automóvel.

Daí que “nada é mais verde do que o asfalto”, combinado com bons parques e jardins. Neste aspeto, o economista critica o ecologismo idílico, devido às suas consequências indesejadas; por exemplo, refere como as crescentes limitações à construção civil na costa da Califórnia – onde se gastaria muito menos no aquecimento e refrigeração – têm vindo a obrigar a construir em climas menos temperados, o que aumenta o consumo energético nacional.

A análise de Glaeser observa que as tecnologias do transporte – desde o autocarro ao automóvel – determinaram sempre a forma das cidades. Nesse sentido, destaca-se a sua explicação sobre como o automóvel favoreceu o tipo de habitação residencial nos EUA.

Dedica cada um dos capítulos a examinar por que razão as cidades entram em decadência – o caso da Detroit industrial é típico – ou como prosperam, seja Singapura ou Vancouver. A verdade é que embora Edward Glaeser tenha mais presente o urbanismo norte-americano, nem por isso deixa de lado as experiências internacionais, e fala igualmente do boom de Bangalore, tal como das Ramblas de Barcelona.

“El triunfo de las ciudades” é o livro de um economista, e não é de estranhar que apoie as suas posições em dados deste tipo. Mas nem por isso deixa de repetir que “o mais importante das cidades são as pessoas que vivem, trabalham e pensam em conjunto”. É a interação entre elas o que potencia as

faculdades humanas. Talvez seja esta também a explicação de o livro de Glaeser ser escrito como uma boa reportagem, com análises interligadas a descrições e experiências históricas.

I.A.

